



ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO



PARECER JURÍDICO

INTERESSADO: Comissão de Licitação.

OBJETO: Registro de Preço para futura aquisição de materiais de expediente, para atender as demandas Câmara Municipal de Concórdia do Pará.

ADMINISTRATIVO. REGISTRO DE PREÇOS. PREGÃO ELETRÔNICO. LICITAÇÃO. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE. INTELIGÊNCIA DO ART. 38, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 8.666/93. ANÁLISE JURÍDICA PRÉVIA. VERIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS. POSSIBILIDADE/ LEGALIDADE.

1. RELATÓRIO.

Trata-se de pedido de parecer jurídico acerca da legalidade de minuta de edital do Pregão Eletrônico nº 9/2023-004CMCP, que tem o intuito a aquisição de materiais de expediente, para atender as demandas da Câmara Municipal de Concórdia do Pará, conforme especificações contidas no Termo de Referência.

Tal certame ocorre por intermédio de Pregão Eletrônico, Sistema de Registro de Preços (art. 15 da Lei 8.666), nos termos da lei 10.520/2002.

É o relatório. Passo a manifestação.

2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA.

Ressalta-se que o presente parecer é opinativo e não possui nenhum poder vinculante às autoridades consulentes, apenas apresenta fundamentos para nortear os atos da Administração segundo a legalidade e demais preceitos cogentes à espécie.

Inicialmente é importante que se analise o Pregão Eletrônico como modalidade de licitação escolhida no presente caso.

Os procedimentos licitatórios são norteados pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, economicidade, competitividade e eficiência (art. 37 da CF/88 e art. 3º da Lei nº 8666/93).

Neste sentido, leciona o eminente professor Celso Antônio Bandeira de Mello, o qual afirma que a licitação visa **“proporcionar às entidades governamentais a possibilidade de realizarem o negócio mais vantajoso e assegurar**



ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO



aos administrados ensejo de disputarem a participação nos negócios que as pessoas administrativas entendem de realizar com os particulares”.

Quanto à possibilidade de a Administração Pública proceder à contratação de empresa por meio de registro de preços na modalidade pregão-menor preço por item, a Lei de Licitações estabelece em seu art. 15:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão: (...)

II - ser processadas através de sistema de registro de preços;
(...)

§ 1º O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado. (...)

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições: (...) (grifamos)

Regulamentando o dispositivo legal supracitado, o Decreto n.º 7.892/2013, em seu art. 7º, caput, assim dispôs:

*Art. 7º A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei n.º 8.666, de 1993, ou **na modalidade de pregão**, nos termos da Lei n.º 10.520, de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado. (...)* (grifamos)

Sabe-se que tal procedimento, previsto na Lei n.º 10.520/02, destina-se à aquisição de bens e serviços comuns.

Vejamos a definição dada pela lei ao norte aludida, *in verbis*:

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Neste sentido, fica cristalino, portanto, que a Administração Pública Municipal se encontra vinculada aos preceitos constitucionais acima citados e especialmente aos dispositivos da Lei de Licitações e da Lei do Pregão.



ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO



Para corroborar o exposto, vale destacar o entendimento jurisprudencial no mesmo sentido, pela possibilidade da modalidade Pregão Eletrônico para a aquisição de materiais de expediente, senão vejamos:

EMENTA - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE ATAS DEREGRISTRO DE PREÇOS FORMALIZAÇÃO REGULARIDADE TERMO ADITIVO JUSTIFICATIVA DOCUMENTO EM BRANCO ADITIVO JUSTIFICADO EM OUTROS DOCUMENTOS REGULARIDADE COM RESSALVA RECOMENDAÇÃO. É declarada a regularidade do procedimento licitatório e da formalização das atas de registro de preços que atenderam as determinações legais aplicáveis à matéria, Lei Federal n. 8.666/93, Lei Federal 4.320/64, e Lei nº 10.520/02, e normas desta Corte de Contas, assim como a regularidade do seu termo aditivo que corretamente celebrado, com fundamento legal o art. 65, II, b da Lei nº 8.666/1993, apresentando o parecer jurídico, no qual se observa a justificativa do certame, e a publicação em consonância com a legislação de regência, sendo passível de ressalva o envio do documento de justificativa em branco, que resulta na recomendação(TCE-MS - ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO: 97482020 MS 2054506, Relator: WALDIR NEVES BARBOSA, Data de Publicação: Diário Oficial do TCE-MS n. 3292, de 07/12/2022) (grifamos)

No que tange à regularidade da minuta do edital, conforme manda o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8666/93, destaca-se que esta se encontra em conformidade com os parâmetros legais.

Vale destacar, ainda, que a minuta em análise está em consonância com os requisitos do art. 4º da Lei do Pregão, haja vista que estão preenchidos requisitos como: a definição do objeto da licitação, a indicação do local, dias e horários do procedimento; as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento; as normas que disciplinarão o procedimento e a minuta do contrato, quando for o caso.

Ainda, pode-se exemplificar entre as exigências legais, que se constatarem, principalmente:

- a previsão acerca do regime de execução contratual;
- a previsão sobre a obrigação, imposta à contratada, de manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante a execução contratual;



ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO



- as previsões atinentes às sanções aplicáveis à contratada.

Tanto o edital como o contrato devem prever sanções à contratada com base na Lei nº 8666/93 e no art. 7º da Lei nº 10.520/02, prevendo as sanções de advertência, multa, impedimento de contratar e licitar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Por fim, diante da análise, a Minuta do Edital de Licitação, na Modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, verifica-se claramente os requisitos exigidos por lei.

3. CONCLUSÃO.

Compulsando, assim, a minuta do edital, não vislumbra esta assessoria jurídica nenhum óbice quanto à legalidade da minuta editalícia.

Pelo exposto, manifesta-se pela regularidade/legalidade do ato convocatório do Pregão Eletrônico nº 9/2023-004CMCP.

É o parecer. S.M.J

Concórdia do Pará/PA, 26 de abril de 2023.

GIULIA DE SOUZA OLIVEIRA
Advogada - OAB/PA Nº 24.696